



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA (12ª) SESSÃO** **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Segunda (12ª) Sessão Ordinária, do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 23 de abril de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Osvaldo Aparecido Quaglio (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima (10<sup>a</sup>) e Décima Primeira (11<sup>a</sup>) Sessões Ordinárias, realizadas em 13 de abril de 2015, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Benedito José do Couto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Ato contínuo, o Presidente suspendeu a sessão às 18h39, para cumprimento do disposto no *Requerimento nº 129/2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que solicitou a presença, na Casa, da Secretária Municipal de Assistência Social, Dra. Beatriz Amoêdo Campos Gualda*, para prestar esclarecimentos sobre a transferência das assistentes sociais. Cumprida dita providência, a sessão foi reaberta às 19h30. Na sequência, o Presidente da Câmara deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 41, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 31/2015, datada de 09/04/2015, objeto do Ofício nº 31/2015, de igual data, “dispondo sobre denominação da Estrada Rural MMR – 30, município de Mogi Mirim, de Estrada Sebastião Domingues de Freitas”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 42, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre autorização de transporte de animais domésticos, no serviço de transporte coletivo público de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 43, de 2015, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “dando denominação à Rua 06, localizada no loteamento Vila Toscana, de Norival José Rocha”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 44, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, acompanhado de Mensagem nº 38/2015, datada de 16/04/2015, objeto do Ofício nº 38/2015, de igual data, “dando denominação à Rua Projetada 08, localizada no Residencial Vila Toscana, do Município de Mogi Mirim, de Rua Zulmira Lovo Silva”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 40/2015, datada de 27/04/2015, objeto do Ofício nº 40/2015, de igual data, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, de área de terreno, que especifica”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Resolução nº 02, de 2015, da Mesa da Câmara Municipal, “autorizando antecipar devolução, neste primeiro semestre de exercício, de 2015, da parte do saldo de Banco e Caixa, remanescente de duodécimo, ao Poder Executivo e dando outras providências; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Relatório de Restos a Pagar, Posição de Dotação, Listagem de Empenho e Balancete de Receita da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de março de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 31, 38 e 40/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 41, 44 e 45/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 137, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para informe quantos processos de sindicância disciplinar foram abertos, quantos estão em andamento e quantos foram arquivados, desde 2013 até o presente momento”; nºs 139, 140, 141, 142, de 2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para remeta cópia, na íntegra, do Pregão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presencial nº 019/2014”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para remeta cópia da planta do imóvel, situado na praça São José, objeto de locação, pela Câmara Municipal, que tramita no Setor de Planejamento, da Prefeitura de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para remeta cópia de empenhos com VLC Soluções Empresariais, Fidelix e Fidelix Comércio de Gás Ltda., Sinalizadora Paulista Construção e Sinalização Ltda., entre outras” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta cópia de documentos do procedimento licitatório nº 103/2014”; nºs 143 e 148, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe a respeito dos funcionários, que recebem o Adicional Periculosidade, de acordo com suas funções, dentro da atual estrutura de cargos, do funcionalismo público municipal” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, reiterando o Requerimento nº 535/2014, sobre o consumo da iluminação pública, quanto foi o valor da manutenção e quantos pontos de iluminação temos no município”; nºs 145, 146, 147, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para informe acerca da demora nos processos de compra de medicamentos e anestésicos direcionados ao programa Bem Estar Animal”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para informe sobre o andamento do processo de compra de equipamentos (bens de consumo e bens permanentes), para o Bombeiro Municipal” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para informe acerca da aquisição e entrega dos instrumentos musicais, para as fanfarras das escolas estaduais do município”. O Requerimento nº. 136, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “o encaminhamento de denúncia, ao Ministério Público, a respeito do descumprimento da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sinais – Libras, tendo como denunciada a Câmara Municipal, representada pelo seu atual presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves”, teve sua discussão requerida pelo Vereador Benedito José do Couto, conforme os Artigos 152, § 3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 194, de 2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “poda de árvore, na Avenida Pedro Botesi, próximo a Pizzaria Big Boca”; nºs 195, 196, 197, 198 e 206, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “a publicação, no Jornal de Mogi Mirim, de fotografias e dados de pessoas desaparecidas”, “trabalhos de nivelamento do asfalto, junto à tampa da caixa de inspeção de esgotos – bueiro, localizado na Rua João Carlos Cunha Canto, esquina com Avenida Pedro Botesi”, “demarcação na sinalização horizontal, linha – faixa contínua, ou tracejada, em toda a extensão da Avenida Mogi Guaçu e da Rodovia Deputado Nagib Chaib, acesso interno entre municípios”, “distribuição de sachês, contendo sementes de Crotalaria breviflora aos alunos da rede de ensino do município, bem como a divulgação, na mídia escrita e falada, principalmente, no Jornal Oficial de Mogi Mirim” e “limpeza da Praça José Schincariol, ao lado do Fórum, Bairro Saúde, principalmente, manutenção na caixa de distribuição de energia elétrica, utilizada na iluminação do logradouro”; nº 199, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, sugerindo, “a concessão do Espaço Cidadão, para a iniciativa privada, para construção de um terminal de ônibus e, através de parceria com o município, a exploração do serviço”; nºs 200, 201, 202, 203, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “roça do mato e limpeza nas margens da Estrada do Tanquinho – MMR-265”, “roça do mato e limpeza nas margens da Estrada do Sakauê – MMR-297”, “remoção do mata-burro na Estrada da Pederneiras – MMR-256” e “implantação, nas escolas municipais, de sistema de controle



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de frequência, por reconhecimento facial”; nº 205, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “estudos, para interdição da Rua Coronel Leitão, trecho entre Rua Dr. José Alves e Rua Marciliano, durante os horários de entrada e saída dos alunos da Casa da Criança”; nº 207, de 2015, do Vereador Luís Antônio Guarnieri, sugerindo, “melhorias na Estrada do Tanquinho – MMR-265”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 30 e 31, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de pesar pelo falecimento do senhor Jair Sales Bueno, ocorrido em 12 de abril de 2015” e “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de pesar pelo falecimento da senhora Maria Aparecida Carvalho do Amaral, ocorrido em 22 de abril de 2015”; nº 32, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, com o triatleta Ivan Roberto de Campos Albano Junior, pela conquista do bicampeonato UB 515 – Ultraman Brasil de Triathlon, no Rio de Janeiro”; nº 33, de 2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “voto de repúdio ao jornal O Popular, pela manchete desrespeitosa, referente à morte de uma travesti”; nº 34, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de pesar pelo falecimento da senhora Tamiko Horio Matsu Mori , ocorrido em 12 de abril de 2015”. Neste ponto, fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Cinoê Duzo, para solicitar fosse guardado o *Minuto de Silêncio, em memória da cidadã, senhora Tamiko Horio Matsu Mori*, naquele momento, haja vista a presença, nas galerias, da família enlutada. O pedido foi acatado pelo Plenário, por unanimidade dos Vereadores presentes, e o momento guardado, com todos os Vereadores em pé. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, datados de 15 de abril de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito dos Requerimentos nºs 068, 069, 070, 071 e 072/2015; Requerimento nº 043/2015; Requerimento nº 007/2015; Requerimento nº 066/2015; Requerimento nº 075/2015; Requerimento nº 093/2015; Indicação nº 085/2015; Indicação nº 017/2015; Indicação nº 075/2015; Indicação nº 087/2015; Indicação nº 088/2015; Indicação nº 080/2015; Indicação nº 104/2015; Indicação nº 121/2015; Indicação nº 130/2015; Indicação nº 067/2015; Indicação nº 068/2015; Indicação nº 079/2015; Indicação nº 082/2015; Indicação nº 101/2015; Indicação nº 107/2015; Indicação nº 108/2015; Indicação nº 095/2015; Indicação nº 096/2015; Requerimento nº 076/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício nº. 102044, de 2015, datados de 25 de março do corrente, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Carta, datada de abril de 2015, subscrita pelo Sr. Oberdan Quaglio, Presidente do PT de Mogi Mirim, “informando a expulsão terminativa do Vereador Waldemar Marcurio Filho dos quadros do partido e solicitando seja retirada a sigla PT dos documentos e placas a ele relacionados, na Edilidade Mogimiriana”;(arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. Cruz Palomino, que registrou a Moção de Pesar para com a senhora Tamiko Horio Matsu Mori, agradeceu sua aprovação unanime, bem como a antecipação do Minuto de Silêncio, e leu a justificativa da propositura, narrando a vida da falecida, que tinha nascido no Japão e imigrado para a cidade de Mogi Mirim, após o seu casamento com o senhor Matsu Mori, em 1964, de cuja união tinha gerado seus dois filhos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mogimirianos, Luciana e Rogério. Registrou, em derradeiro, que a nobre senhora havia sido a precursora do Budismo no município. Depois, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que explicou sua propositura, através da qual requereu a remessa da cópia da planta do imóvel, situado na praça São José, objeto de locação, pela Câmara Municipal, em trâmite no setor de Planejamento, da Prefeitura de Mogi Mirim. Aclarou que se tratava de um segundo projeto, já que, uma vez expostos os problemas de segurança, fora apresentada outra planta baixa do imóvel, a qual tramitava no setor de planejamento, e a oradora se adiantara e solicitara a cópia, a fim de saber qual seria o grau de segurança que os vereadores e a população poderiam contar. Relativo à convocação da Secretária de Assistência Social, Dra. Beatriz Amoêdo Campos Gualda, a vereadora disse que tinha conhecimento de todas as portarias, em nível estadual e nacional, que suas perguntas não haviam sido respondidas, satisfatoriamente, e que, parabenizava o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, porque ele tinha sugerido a realização de uma audiência pública, com os profissionais de assistência social, mais os técnicos das áreas da saúde e da educação, haja vista que a vereadora entendia difícil às pessoas deixarem a periferia, para serem atendidas do outro lado da cidade, nos CRAS Norte e Leste, temendo que tais mudanças prejudicassem a população. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, inscrito, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Cinoê Duzo, que falou sobre o Complexo Lavapés - Zerão, uma “de suas bandeiras”. Afirmou que já perdera o número de vezes, que licitações tinham sido feitas, para que a limpeza e desassoreamento do lago do complexo acontecesse, que desejava ver ações concretas e parabenizou o jornalista do jornal O Popular, que na última edição, havia reafirmado a importância do Complexo Lavapés e do meio ambiente. Falando sobre o meio ambiente, o vereador citou o Zoológico de Mogi Mirim, que permanecia fechado, sublinhando que a razão era a espera





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pelo período eleitoral, para sua inauguração. “Por que está fechado? Porque as eleições ainda não estão batendo na porta e o prefeito está esperando o momento certo para inaugurar a obra, mas a população não tem lazer, nem no Zoológico, tampouco no Zerão, que está horroroso!”, frisou. Abordou também questões relativas à Contribuição de Iluminação Pública – CIP, lembrando que havia votado contra a cobrança e questionando quanto havia sido arrecadado pela prefeitura, durante os meses de vigência da taxa, e onde tinha sido aplicado o montante, perguntando, enfim: “cadê o dinheiro do povo?”. Comentou sobre a epidemia da Dengue e sobre uma possível contratação de um Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT, ou drone, ao preço de mil reais/hora, para sobrevoo e localização de focos do mosquito, no centro da cidade. O vereador questionou o custo/benefício desta contratação e desejou que, pelo menos, a atitude solucionasse o problema da doença, que se alastrava. Por fim, comentou a carta de uma suposta renúncia do prefeito, que fora publicada por alguns minutos, na rede social – Facebook. “Lendo a carta da renúncia do prefeito, cheguei até a ficar feliz, mas depois constatei que era só mais uma atitude impensada da parte dele, mas ele que renuncie!”, sublinhou. Como a próxima oradora, Vereadora Daniela Dalben Mota, inscrita, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que explanou sobre verba de cinquenta mil reais, por ela conquistada junto ao Deputado Ricardo Trípoli, destinada a serviços de castração de cães e gatos no município, a qual tinha sido suspensa. “A questão foi divulgada nos jornais e tive ciência também, através do Secretário de Captação, Leonardo Zaniboni e sua assessora, que me disseram da portaria estadual, que suspendeu esta verba; já foram aplicados doze mil reais do total da verba e fui procurada pelos protetores, para tentar religar a verba, e assim agi, buscando o deputado Ricardo Trípoli, mas, infelizmente, a resposta não nos foi favorável e a verba ficará suspensa por alguns meses e depois voltará, para ficar à disposição do município, todavia, por outro lado, tenho pedido documentos,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que comprovem o uso da verba, porque a administração diz que executaram o procedimento em doze mil animais, porém não me entregam relatórios, não informam quais materiais foram utilizados, ou quais as datas dos procedimentos, a fim de que eu saiba se a emenda foi, de fato, aplicada, entretanto, o que obtive de resposta, veio da Secretaria de Captação e não do Bem Estar Animal, e a Captação respondeu sobre o convênio em si, quando quero saber da aplicação da verba, dos prontuários, dos relatórios, dos registros e datas das castrações no município, pois é minha função e tenho direito de pedir estas informações”, aclarou. A vereadora também falou sobre o Requerimento nº 136/2015, de sua autoria, com pedido de discussão requerido pelo Vereador Benedito José do Couto, propositura que rogava o encaminhamento de denúncia, ao Ministério Público, a respeito do descumprimento da Lei Federal nº 10.436/2002, que dispunha sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, tendo como denunciada a Câmara Municipal. “Eu quero notificar que vou solicitar a retirada do requerimento, porque não temos mais tempo hábil para sua discussão, há muito tempo eu requeiro o intérprete de Libras e não há o que discutir, pois se trata de acessibilidade, de respeito e do direito do cidadão; sem o intérprete, o surdo não nos acompanha, portanto, vou retirar a propositura e apresentar a denúncia, diretamente, no Ministério Público”, completou. Por fim, a vereadora requereu, conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”, o que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes em Plenário. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto, que respondeu à Vereadora Dayane Amaro Costa, a respeito do pedido de discussão do Requerimento nº 136/2015. Explicou que, na sua gestão, enquanto Presidente da Câmara, a Edilidade tinha contratado o intérprete de Libras, por um tempo; que, depois, ele tentara, insistentemente, achar formas de executar uma nova contratação, todavia, sem resultados positivos, que uma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

reunião fora realizada, entre os vereadores da Mesa, para trato do assunto, e que, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, tivera uma excelente ideia, para sanar a situação, aguardando apenas, para sua concretização, um parecer da Consultoria NDJ, que ainda não chegara à Casa. “O presidente teve uma ideia, mas, mesmo assim, aguardamos um parecer da NDJ, que já foi solicitado, e vamos achar o caminho, e foi por isso, para aguardar o parecer, que solicitei a discussão do requerimento, e para evitar o desgaste da vereadora, porque o assunto já está avançado”, explicou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que falou sobre proposições que apresentou, especificamente, a Indicação nº 207/2015, para reparos nas três pontes, localizadas na vicinal do Bairro Tanquinho, as quais não apresentavam qualquer salvaguarda lateral, gerando insegurança, principalmente, à noite, lembrando, igualmente, que o Vereador Jorge Setoguchi também havia sugerido melhorias para o local. Para encerrar, registrou visita que fizera à Guarda Civil Municipal, recebido que fora pelo Comandante Camargo, ocasião em que levava a solicitação dos moradores da Vila Dias, residentes próximos ao Túnel Mário Covas, população que reclamava de falta de segurança no trecho, especialmente, para os adolescentes, que iam e vinham das escolas. “Eu estive lá, pessoalmente, e o comandante nos prometeu tomar medidas, para uma presença policial no local, acentuadamente, nos horários de entrada e saída escolar”, explicou e finalizou sua participação. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Jorge Setoguchi, inscritos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que abordou a sua expulsão do Partido dos Trabalhadores, em níveis municipal, estadual e federal. Iniciou, destacando que nunca imaginara se pronunciar como um vereador sem partido, haja vista que fora confirmada sua expulsão do Partido dos Trabalhadores – PT, em nível nacional; que vinha sofrendo perseguições desde o dia que tomara posse; que sua suplente era ninguém mais que a esposa do ex-presidente



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

do PT, Sra. Rosana Caveanha; que ele tinha feito inúmeras discussões junto às executivas estadual e nacional do partido; que, realizadas audiências, ele nunca fora notificado pelo PT municipal; que só tivera conhecimento das audiências, porque tinha sido candidato a deputado estadual e outras pessoas, da esfera estadual, tinham-lhe informado dos trâmites e perguntou onde estava o seu amplo direito de defesa; que não admitia ser articulado, ou induzido por quem quer que fosse, pois tinha cinquenta anos e ninguém jamais conseguira lhe induzir numa questão já determinada; que o ex-presidente do PT e o atual eram pela filosofia do “quanto pior, melhor”, mas ele não, porque, afinal, quem sempre “pagava o pato” era o munícipe; que ele tinha recebido convite de dez partidos diferentes para se filiar; que, até o próximo dia 15 de maio, informaria para qual partido iria se filiar; que o PT desejava a sua cadeira, mas ele jamais a daria, pois permaneceria nela até 31 de dezembro de 2016; que o PT municipal havia partido para ataques pessoais, dizendo que ele, orador, favorecia o serviço escravo em suas empresas, ou sobre outro processo, quando ele tinha sido avalista de uma empresa, pagando uma dívida que não era sua, bem como sobre uma reintegração de posse e outras coisas da sua vida particular; que ele possuía um idealismo, admirava o Estatuto do PT, mas constatara, enfim, que aquilo que lá estava escrito, não era observado, principalmente, pelos membros da esfera municipal, e que, tinha sangue correndo nas veias, mas, na data, era um vereador sem partido. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que contestou a fala do “vereador que batia no peito para falar do Zerão, mas nunca trouxera qualquer centavo para sanar os problemas o complexo”. Lembrou que o PPS, seu partido, havia conseguido três milhões de reais para aplicação em obras de desassoreamento do lago do complexo, mas concordou que a verba estava demorando para ser aplicada. “Falam que se trata da licitação; até agora, não conseguimos ver a licitação para as obras de desassoreamento, mas nos passaram que está sendo feita uma nova licitação, para tal finalidade, nesta semana”, explicou.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Depois, rebateu a fala do mesmo vereador sobre o uso do drone. “O vereador diz que é absurdo o uso do drone, mas não tem noção do que está falando, porque o Secretário de Saúde e Presidente do PPS, Gérson Rossi Júnior, já negou o que foi publicado no jornal, não há qualquer contratação de drone, quiçá ao custo de mil reais/hora, e o vereador foi na ‘onda do jornal’, que blefou”, salientou. Prosseguiu nas críticas contra o vereador. “A academia ao ar livre foi conquistada por outros vereadores, mas na rede social – Facebook, ele posta que é o ‘pai da criança’ e isto é muita cara de pau, como você consegue vereador? Não alcançar nada para o povo e postar que o mérito foi seu? Isto é falta de respeito para com a população; ele vai passear em Brasília, mas não traz um centavo para a cidade e mente tanto, que acredita na própria mentira, como, por exemplo, a mentira de que vamos ‘vender’ o SAAE”, declarou. “E, agora, estão fazendo campanha pra mim, com papel de primeira; só dá o Pires no centro da cidade; não me preocupo, estou bem nas redes sociais, na imprensa e na EPTV Campinas, portanto, olhem minha cara de preocupado! Estarei sempre aqui, para revidar as mentiras que eles contam, o vereador e o ex-prefeito”, concluiu. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que parabenizou o senhor Luiz Eduardo Barrichello, pela sua reeleição, como Presidente do Conselho Municipal de Segurança – CONSEG, para o biênio 2015/2016, comunicando ainda, que estava agendada reunião do conselho para a próxima quarta-feira, na EE Peres Marques, na Vila Dias, objetivando a discussão de problemas, bem como uma outra reunião, desta vez, com lugar no Jardim Europa. Depois, versou acerca da CIP, colocando que estivera no Ministério Público, para trato da questão, e que o assunto era seriíssimo, porque ninguém era capaz de informar onde tinham sido aplicados os valores coletados pela prefeitura, com a cobrança. “Votamos contra a CIP e o assunto é sério, cobrou-se um valor injusto, longe da realidade, e hoje, a manutenção fica indefinida entre a Elektro e a prefeitura, no jogo do empurra-empurra; eu fiz um levantamento de todas as ruas do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

SEHAC, a respeito da iluminação, e a EPTV Campinas está lá, no bairro, agora, fazendo uma matéria, porque é fato que estamos pagando a contribuição, mas não temos qualquer manutenção”, explicou. Na sequência, o Vereador registrou também, vários pedidos que tinha feito, solicitando melhorias no imóvel da escola Professor Nelson Neves de Souza, bem como relativos aos pombos, que infectavam a unidade escolar. “O vice-prefeito disse que faria uma reunião, mas não aconteceu e eu mandei fotos para o Ministério Público, para que resolvam, definitivamente, o problema que persiste, pois já são três anos de luta e não temos resposta do prefeito”, acentuou. Para concluir, falou sobre a Comissão Processante, da qual era o presidente, e os trâmites do processo de cassação do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, verbalizando que tinha sido enviada uma segunda notificação ao prefeito, via Diário Oficial de Mogi Mirim, que a situação atual da comissão era de reuniões e trabalho, que o prefeito tinha prazo de dez dias, para arrolar suas testemunhas e sua defesa e que, depois disso, as informações seriam analisadas e, enfim, seria decidido, se pelo arquivamento, ou pela cassação, acreditando, igualmente, na possibilidade de finalizar os trabalhos da comissão no final do mês junho. “Não aceito pressão das partes envolvidas, somente pressão da população, que tem o seu direito, a comissão é séria e estou levando muito a sério tudo isso, a relatoria será entregue no prazo determinado e digo que, confiem em nós”, disse, finalizando sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra a vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que retornou ao assunto do drone, afirmando que tinha lido uma manifestação do Secretário de Saúde, onde ele afirmava que o valor/hora do drone era de mil reais. “Ele falou, agora ele nega e isto, é a estampa desta administração, porque vários jornalistas têm a gravação da manifestação do secretário, dizendo que pagaria mil reais/hora do uso do equipamento”, registrou. Depois versou acerca do Projeto de Resolução nº 02, de 2015, da Mesa da Câmara Municipal, que autorizava antecipar a devolução, já no primeiro semestre do exercício de 2015, de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

parte do saldo de Banco e Caixa, remanescente de duodécimo, ao Poder Executivo. “Um projeto de resolução, encaminhado pela Mesa e lido hoje, ele mostra como anda a administração, pois pede a antecipação do duodécimo neste semestre, novamente, é o ‘raspa taxó’, e a justificativa é que o dinheiro será encaminhado para a saúde, por causa da Dengue, da Santa Casa, do Consórcio Intermunicipal de Saúde e da própria Secretaria de Saúde, então, eu liguei para o Secretário de Saúde, Gérson Rossi Júnior, que ficou meio perdido, pois não sabia de nada, portanto, é o reflexo da administração, que atira para todos os lados, e no projeto de resolução, que reza ser de autoria da Mesa, consta apenas a assinatura do presidente e não constam a dos demais membros da Mesa Diretiva; houve a autorização para reforma desta Casa e, como eu tenho certeza de que não iremos para o Palácio de Cristal, a reforma deve começar agora e não há de se devolver dinheiro algum! O que é isso? Novamente? Onde está o dinheiro prefeito? É por isso, que queremos lhe cassar! É uma responsabilidade enorme, não há sequer um único cidadão que não espere a cassação do prefeito – é a voz do povo – ninguém aguenta mais ser lesado, pagamos impostos e não temos serviços públicos de qualidade, mas apenas contas exorbitantes; eu, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, assustei-me com o pedido de antecipação do duodécimo e nós temos que nos manifestar, senhores”, disse a vereadora e finalizou participação. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que reportou reunião da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, comunicando que fora eleito o Presidente, para o biênio 2015/2016, ao lado do Vereador Luís Roberto Tavares, o vice-presidente, bem como dos membros, Vereadores Benedito José do Couto, Laércio Rocha Pires, Luiz Guarnieri, Maria Helena Scudeler de Barros e Marcos Bento Alves de Godoy. O vereador rogou aos pares, que ingressassem com os projetos de denominação. Ele ainda versou sobre as indicações que apresentou, especialmente, pedidos para o Bairro Rural Pederneiras, solicitando a retirada de um mata-



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

burro, localizado na MMR 256, e ainda, a limpeza do mato na MMR 297. Por fim, parabenizou o senhor Luiz Eduardo Barrichello, pela sua reeleição frente à Presidência do CONSEG. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que teceu explicações relativas ao Projeto de Resolução nº 02/2015, autorizando antecipar devolução, neste primeiro semestre do exercício de 2015, de parte do saldo de Banco e Caixa, remanescente de duodécimo, ao Poder Executivo. Relatou que tivera uma reunião com a Secretária de Administração e Finanças, Elisanita de Moraes, juntamente com o Procurador da Câmara, Dr. Fernando das Dores, e com o Secretário Jurídico do Município, Dr. Fabiano Rodrigues Urbano; que a secretária tinha solicitado a devolução do duodécimo; que o Secretário de Saúde nada sabia, porque não era ele quem tratava das questões financeiras da administração, mas sim, a Secretária de Finanças Elisanita; que, se o Secretário de Saúde nada sabia, isto era situação de falta de comunicação entre gestores; que a secretária tinha oficiado o pedido, para suprir os custos relativos ao combate à Dengue; que ele, presidente, estava tentando seguir o disposto no Regimento Interno e na lei, que permitia a devolução mensal do dinheiro; que a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros já tinha sido Presidente da Casa e, portanto, sabia de tais disposições; que ele nada fazia de errado; que a Câmara não possuía receita direta, pois o dinheiro vinha do erário, portanto, apenas devolvia um dinheiro que era da Prefeitura, do contribuinte, e não da Câmara, e somente depois de pagos todos os compromissos do Poder Legislativo; que a resolução determinava também, a comprovação de onde tinha sido aplicado o dinheiro, ou seja, na área da saúde, que apenas o Vereador Luís Roberto Tavares, Vice-Presidente da Câmara, tinha deixado de assinar o projeto, mas que os demais membros da Mesa tinham





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concordado com a proposta, por quatro votos favoráveis a um voto contrário, e que, ele estava tranquilo, perante a lei, porque podia devolver o dinheiro, mensalmente. Para concluir, disse que a Mesa faria nova reunião na quarta-feira, inclusive, para trato da questão do intérprete de Libras. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente, novamente na direção dos trabalhos, suspendeu a Sessão às 20h51, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal da Vereadora Dayane Amaro Costa, aprovado por unanimidade de votos dos vereadores presentes, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Senhor Christopher Dekay, da ONG Quatro Estações, que na ocasião versou sobre temas relativos à comunidade LGBT* e cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa, por trinta dias. Finda a Tribuna Livre, decorrido o interstício regimental, a que se refere o Artigo 105, do RI, reaberta a sessão às 21h14, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 31, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a usar parte ideal do imóvel pertencente a espólio de KAZUMI SETOGUCHI, representado por Tereza Akemi Nozaki Setoguchi, a título gratuito e por prazo indeterminado, para o fim que especifica e dando outras providências”. Parecer, em separado, das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, para declarar abstenção de voto, conforme apregoa o Artigo 180, do Regimento Interno; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 31/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (o Vereador Jorge Setoguchi se absteve de votar, conforme Artigo 180, do Regimento Interno); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 34, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dando outras providências”, juntamente com emendas da Comissão de Finanças e Orçamento. Pareceres, em separado, das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para notificar a todos que as emendas haviam sido apostas à matéria, atendendo a um pedido do próprio Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, tratando-se, apenas, da correção de pequenos erros; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 34/2015, do Prefeito de Mogi Mirim e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 35, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim a realizar o parcelamento de débitos tarifários e não tarifários, inscritos em dívida ativa, ou não, objeto de cobrança judicial, ou não, e dando outras providências”. Parecer, em separado, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 150/2015, de autoria da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno, o Adiamento, por quatorze (14) dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 35/2015, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por oito (08) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, o Requerimento de Adiamento nº 150/2015); (arquite-se). Em discussão a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, para esclarecer as razões do pedido de adiamento. “Pedi adiamento, para não ser contra um projeto que beneficia a população e acho que ele precisa mais estudo, para atender também a população simples, que tem uma dívida que não é tão grande, mas que é impossível de pagar, e a água é um bem essencial, e eu li o projeto, mas tive dúvidas, de qual será a proporção da população que vai ser beneficiada e vou estudar melhor o projeto, de qualquer forma”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que discordou das palavras de sua antecessora na tribuna, dizendo não entender como era possível a população ser prejudicada com a aprovação o projeto, haja vista que ele mesmo já havia sugerido o parcelamento de dívidas junto ao SAAE. “A senhora é contra ajudar a população, enquanto que a população está pedindo, pelo amor de Deus, pelo parcelamento, e a senhora quer adiar a aprovação da matéria por quatorze dias, o que é muito complicado, e creio que não se trata da população, mas da senhora, que não quer que a prefeitura tenha o seu parcelamento também”, declarou. O próximo a discutir o projeto foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, para justificar o seu voto contra o adiamento, porque era pela imediata apreciação do projeto. “Vejo como uma forma boa para pagar, não vai onerar a população e a população vai dar conta de pagar a parcela e terá o seu nome limpo, e muitos aguardam a aprovação deste projeto, para facilitar a vida de quem está em débito com a autarquia”, registrou. A Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros discursou, na sequência. Fez um levantamento a respeito de um projeto anterior, de mesmo conteúdo, autorizando o parcelamento apenas para a prefeitura de Mogi Mirim, que fora emendado pela Vereadora Luzia C. Nogueira, estendendo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o benefício a toda a população, para que todos os devedores fossem beneficiados. “O que a Vereadora Luzia pede é um procedimento, que sempre ocorreu no SAAE, apenas para que as pessoas possam, de maneira confortável, ter a assistente social avaliando, caso a caso, porque a parcela mínima será de quarenta reais, para pessoa física; eu coloco aos senhores, para que sejamos justos, pois a vereadora fez uma manifestação, para que este procedimento não acabe, a fim de os miseráveis possam ser atendidos de maneira igual aos que devem quinhentos mil reais, e terão débitos divididos em cinquenta parcelas, e ela desejou aperfeiçoar e melhorar o projeto”, comunicou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que registrou ter sido contra o adiamento, porque o projeto estava em trâmite na Casa há um mês. “Até entendo a vereadora, mas desejo rapidez na aprovação, para benefício da própria população e, às vezes, a Vereadora Luzia dá a entender que o seu problema é com o Executivo e a Vereadora Maria Helena tentou explicar, mas eu votei contrário por causa disso”, salientou. Também desejou comentar a matéria, o Vereador Benedito José do Couto, que justificou o seu voto contrário ao adiamento, porque era cobrado pelas pessoas, constantemente, de quando seria aprovado o parcelamento do SAAE. “Concordo com a posição da vereadora, que se preocupa com os munícipes, na condição de miserabilidade, mas não tenho dúvidas de que estas pessoas serão acompanhadas pela assistência social e, quanto ao parcelamento para a prefeitura, não vejo problemas nisso também, porque, se a prefeitura tem contas atrasadas e não está pagando, pelo menos, desta forma, algum dinheiro vai entrar no cofre”, justificou; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 35/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 40, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre desafetação da área de terreno, localizada no Sistema de Lazer 03, do Jardim Novacoop, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 40/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. PARECER DESFAVORÁVEL de lavra da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas ao Projeto de Lei nº 26, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a proibição, no âmbito do Município de Mogi Mirim, da inauguração e da entrega de obras públicas incompletas, ou que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinavam”. (Em caso de rejeição do Parecer desfavorável, o Plenário deliberará sobre o projeto de Lei em questão, “ex-vi” do disposto no Artigo 56, do Regimento Interno). Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 149/2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “conforme reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias da discussão e votação do Parecer Desfavorável da COSPAP ao Projeto de Lei nº 26/2015, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, o Requerimento de Adiamento nº 149/2015); (aguardem-se cinco (05) dias e insira-se o Parecer Desfavorável ao Projeto de Lei nº 26/2015, na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); 6. Projeto de Lei nº 37, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “declarando de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROJETO LIBERDADE”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 37/2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Primeiramente, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que parabenizou as empregadas domésticas, pelo transcurso do Dia da Empregada Doméstica, bem como parabenizou todas as sogras, pelo transcurso do Dia da Sogra, comemorado em 28 de abril. Por fim, o Vereador disse que todas as diferenças tinham que ser respeitadas, como havia palestrado o líder do movimento LGBT, durante a Tribuna Livre. “Independente de nossas diferenças partidárias, amo todos vocês”, frisou e encerrou participação. Como os próximos oradores inscritos, Marcos Bento Alves de Godoy e Ary Augusto Reis de Macedo, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, que explanou sobre o Projeto de Lei nº 42, de 2015, de sua autoria, lido na presente sessão, dispondo sobre autorização de transporte de animais domésticos, no serviço de transporte coletivo público do município. Lembrou que lei idêntica havia sido aprovada e estava vigente em São Paulo, que havia elaborado o seu projeto dentro das normativas legais de proteção animal, visando facilitar a vida dos que não possuíam transporte particular, e pediu que avaliassem a proposta, com cautela, porque, na Capital, a lei estava dando muito certo. Em relação à antecipação do duodécimo à prefeitura, a vereadora colocou que, apesar de ser disposição legal, pensava na moral e em não deixar que a prefeitura criasse vícios, pois o pedido demonstrava que o planejamento não era adequado. “Cada vez que adiantamos e repassamos o valor, estamos permitindo que o vício permaneça e, no pedido anterior, votei contrariamente justamente por causa disso, porque a prefeitura tem que ter responsa e planejamento em todos os seus setores”, destacou. Por fim, agradeceu aos redatores do jornal O Impacto, porque tinham publicado errata, corrigindo nota anterior veiculada, a respeito do posicionamento da vereadora, quando da votação das Parceiras Público Privadas no município. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que retornou a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

comentar o Projeto de Lei nº 35/2015, que autorizou o SAAE a realizar o parcelamento de débitos. “Quando o projeto chegou à Câmara, pela primeira vez, eu o emendei, mas houve a retirada da matéria; naquele projeto, constava apenas o parcelamento das dívidas da prefeitura, em duzentas parcelas, e eu o emendei, para que fosse ampliado, para toda a população, principalmente, para a de menor renda, sem condições de pagar o que lhe era pedido, quando do parcelamento junto ao SAAE; a população pobre não consegue seguir pagando as parcelas e perde o direito, e a água é bem essencial e o corte é catastrófico; no projeto atual, fizeram uma escala, entre dívidas de mil e quinhentos até quinze mil reais e o parcelamento pode se dar em quarenta e oito parcelas mensais; a pessoa que ganha pouco, não tem condição de pagar e, muitas vezes, é obrigada até a fazer empréstimos, quando do corte da água, e, se quem deve mais e ganha mais, passa a ter direito ao parcelamento da dívida, em maior número de parcelas, por que não ter igual procedimento com aquele que tem dívida menor, mas ganha o mínimo? Era para esta população que eu estava pedindo um tempo maior, para negociar a proposta, em nome da população de maior dificuldade, porque não acho justo, que aquele que tem mais dinheiro e que poderia pagar e não pagou, confiando neste projeto, se sobreponha ao pobre; o direito tem que ser igual, beneficiando também aquele que ganha menos”, destacou e encerrou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que, no nome do Secretário de Esportes e Lazer, Dirceu Paulino, cumprimentou toda a equipe da secretaria pelo retorno dos Jogos dos Trabalhadores à cidade, depois de dez anos de ausência, e convidou todos para a abertura, agendada para o dia 30 de abril. Para encerrar, deu parabéns para todos os trabalhadores de Mogi Mirim, pelo transcurso do Dia do Trabalho, em 1º de maio próximo. Como



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

os próximos oradores, Vereadores Benedito José do Couto, Luiz Antônio Guarnieri e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Jorge Setoguchi, que agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 31/2015, relativo à comunidade rural do Gabrielzinho, desejando ele, que nada mais obstruísse a reforma do Posto de Saúde do Trabalhador – PSF do Gabrielzinho, a qual aguardava para breve. O próximo orador a fazer uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que prosseguiu comentando a respeito de sua expulsão do PT. Ele citou nomes de políticos que tinham sido acionados na Justiça, membros do partido, e não tinham sido expulsos do partido, nomes como Delúbio Soares, José Dirceu e Genoíno. Disse que tinha sofrido mera perseguição política e registrou que o vereador Luiz Guarnieri era amigo de infância do ex-presidente do PT, Ernani Gragnanello, e afirmou que o correligionário “tinha sobrenome”, Guarnieri, mas ele, era apenas “um Marcurio”. Afirmou que todos os que achavam que ele era um “tonto”, tinham se enganado, pois ninguém deveria menosprezar a inteligência do outro e sublinhou que tudo estava acontecendo, porque a esposa do ex-presidente do PT, suplente Rosana Caveanha, não tinha conseguido a cadeira. “O Ernani Gragnanello e o Paulo Tristão tentaram me coagir para eu não assumir a cadeira e tenho provas; minhas contas foram rejeitadas por erro técnico e, depois, eu fui a um escritório contábil-jurídico e minhas contas foram aprovadas, com ressalvas; Ernani é mau caráter, sem-vergonha, pilantra e a qualquer hora vou dar uma coletiva de imprensa e vou falar muita coisa, mostrar e provar, mas daqui quinze dias estarei em outro partido”, explicou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que se dirigiu ao Vereador Cinoê Duzo. “Tenho carinho pelo vereador Cinoê, desde nossos tempos de PPS, mas estou chateado sim, pela atuação e coisas que o vereador vem dizendo na tribuna, e estou chateado com sua namorada também, pessoa que sempre tratei bem, porque ela colocou uma foto minha e me escrachou, foto esta, que o ex-prefeito





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

está distribuindo pela cidade e as pessoas ficam me esbrachando; é complicada a situação, ela pode até passar por um processo administrativo, postando mentiras sobre a ‘venda’ do SAAE, do local onde trabalha, e isso, porque devo estar incomodando muitos na cidade”, verbalizou. Lamentou-se ainda, de ser perseguido pelo ex-prefeito, que postava inverdades sobre ele na rede social, pediu vergonha na cara ao ex-prefeito, denominou-o vagabundo e disse que ele deveria trabalhar nos bairros. Repetiu que falavam e publicavam inverdades sobre ele e que isso era o cúmulo do absurdo e justificou a perseguição do ex-prefeito, por brigas antigas, relativas ao Parque da Imprensa. Falou da ilegitimidade do ex-prefeito, que estava por onze anos inelegível. “Várias testemunhas receberam panfletos da mão do ex-prefeito, que nada fez pelo Parque da Imprensa, quando foi prefeito, e não passa de um incompetente, mentiroso, figura ruim, que vai pagar por isso, tenha certeza; bando de incompetentes, que não têm o que fazer, ex-prefeito louco, xarope, procure os seus direitos, incompetente”, frisou e encerrou sua participação. O próximo a discursar foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que registrou palestra do grupo de apoio contra a dependência química Amor Exigente, intitulada “Tem um Elefante Branco na Sala, Como Conviver com Ele”, realizada no Centro Cultural. “O Vereador Cinoê foi, em nome da Câmara, e nos representou, todos os anos estou presente, mas neste ano, tive compromissos”, emendou. Depois versou sobre o abandono de animais na cidade e, a respeito de outro assunto, esclareceu sobre o projeto de resolução da Mesa, sobre a antecipação do duodécimo, informando a todos, que não havia assinado a matéria, porque tinha dúvidas. “Nem estamos no meio do ano e o prefeito deseja o duodécimo, mas eu desejo um parecer do CEPAM e não apenas o redigido pelo Procurador Jurídico da Câmara, porque o problema não se dará agora, mas será para o próximo presidente, que estará amarrado, e o Tribunal de Contas poderá fazer apontamentos e a prefeitura, por conseguinte, poderá diminuir o valor a ser repassado à Câmara Municipal,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

por isso sou contra”, registrou. Agradeceu a aprovação do pedido de adiamento do parecer desfavorável da COSPAP, para aguardar a presença do Vereador Osvaldo Quaglio, e comunicou que o deputado Wanderlei Macris viria à cidade, em breve, para falar sobre o NIAS e sobre o Complexo Lavapés, explicando, em derradeiro, que o NIAS seria o futuro parque urbano da zona leste, embora, hoje, estivesse muito abandonado, sem o alambrado a cercar seu perímetro e outras coisas. Concluindo, parabenizou os trabalhadores pelo transcurso do Dia do Trabalho. A última inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu da palavra. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h20, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM